

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

BEM - Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.



2020

 **bradesco**
bem dtvm

Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 4

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 25

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, possuía sob sua administração fiduciária R\$ 429.195 milhões, distribuídos em 2.461 Fundos e Clubes de Investimento, atendendo um total de 54.102 cotistas.

No exercício de 2020, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 22 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 128 milhões e Ativos Totais de R\$ 293 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2020	2019
Ativo			
Disponibilidades	4	267	613
Instrumentos financeiros		283.834	298.314
- Títulos e valores mobiliários	5	283.833	298.313
- Outros instrumentos financeiros		1	1
Créditos tributários	18	370	332
Outros ativos	6	8.805	6.667
Total do ativo		293.276	305.926
Passivo			
Instrumentos financeiros	7	148.450	181.059
- Outros instrumentos financeiros	7	148.450	181.059
Provisões	8	5.743	3.686
- Outras provisões	8	5.743	3.686
Outros passivos	10	11.384	15.426
Total do passivo		165.577	200.171
Patrimônio líquido			
- Capital social	11	57.000	45.000
- Reservas de lucros	11	70.699	60.755
Total do patrimônio líquido		127.699	105.755
Total do passivo e patrimônio líquido		293.276	305.926

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado acumulada em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2020	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		2.621	8.882	15.256
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	2.621	8.882	15.256
Resultado da intermediação financeira		2.621	8.882	15.256
Resultado bruto da intermediação financeira		2.621	8.882	15.256
Outras receitas/(despesas) operacionais		14.691	27.641	24.112
Receitas de prestação de serviços	12	46.081	95.897	62.017
Outras despesas administrativas	13	(27.716)	(60.405)	(32.274)
Despesas tributárias	14	(3.632)	(7.767)	(5.556)
Outras receitas operacionais	15	17	287	34
Outras despesas operacionais	16	(59)	(259)	(109)
Despesas de provisões	9	-	(112)	-
- Fiscais		-	(112)	-
Resultado operacional		17.312	36.523	39.368
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18	17.312	36.523	39.368
Imposto de renda e contribuição social	18	(6.729)	(14.369)	(15.460)
Lucro líquido		10.583	22.154	23.908
Lucro básico por lote de mil cotas em R\$		185,67	388,66	531,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulada em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre 2020	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.583	22.154	23.908
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.583	22.154	23.908

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.000	3.545	42.529	-	82.074
Aumento de Capital com Reservas	9.000	-	(9.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	23.908	23.908
Destinações:					
- Reservas	-	1.195	22.486	(23.681)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(227)	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.000	4.740	56.015	-	105.755
Aumento de Capital com Reservas	12.000	-	(12.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	22.154	22.154
Destinações:					
- Reservas	-	1.108	20.836	(21.944)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(210)	(210)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.000	5.848	64.851	-	127.699
Saldos em 30 de junho de 2020	57.000	5.319	54.897	-	117.216
Lucro Líquido	-	-	-	10.583	10.583
Destinações:					
- Reservas	-	529	9.954	(10.483)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.000	5.848	64.851	-	127.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulada em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre 2020	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	17.312	36.523	39.368
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	4	284	-
Provisões para processos fiscais	1	275	-
Outros	3	9	-
Lucro líquido ajustado antes do imposto de renda e contribuição social	17.316	36.807	39.368
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros	91.030	14.479	7.145
(Aumento)/Redução em outros ativos	(2.042)	(2.136)	(2.882)
Aumento/(Redução) em outras provisões	1.308	2.001	1.736
Aumento/(Redução) em outros instrumentos financeiros passivos	(105.408)	(32.609)	(33.530)
Aumento/(Redução) em outros passivos	542	993	19.931
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.655)	(19.654)	(31.574)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	91	(119)	194
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(227)	(161)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(227)	(161)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	91	(346)	33
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	176	613	580
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	267	267	613
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	91	(346)	33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos

Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	267	613
Total de caixa e equivalentes de caixa	267	613

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Títulos e Valores Mobiliários

a) Classificação da carteira por categoria

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira própria – títulos para negociação		
Cotas de fundos de investimentos (1)	283.833	298.313
Total	283.833	298.313

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro	
		2020	2019
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	2.621	8.882	15.256
Total	2.621	8.882	15.256

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Taxas de administração de fundos a receber	8.351	6.207
Impostos e contribuições a compensar	454	454
Outros	-	6
Total	8.805	6.667

7) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Negociação de intermediação de valores	148.450	181.059
Total	148.450	181.059

8) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisões para pagamentos a efetuar	4.977	3.204
Outras contingências	491	482
Provisão para contingências fiscais	275	-
Total	5.743	3.686

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer

ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

Autuação de contribuição previdenciária do período de dezembro/2002 a julho/2004, relativo à supostas diferenças entre os valores recolhidos em GPS - Guia da Previdência Social e aqueles destinados à seguridade social e a terceiros”, no montante de R\$ 275 mil.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BEM DTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

II - Movimentação das provisões – Despesas de provisão

	R\$ mil
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Atualização monetária	163
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	112
Saldo em 31 de dezembro de 2020	275

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 88.648 mil para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Autuações de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2015 a 2017, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 81.289 mil

10) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher	10.488	14.604
Credores diversos	686	580
Sociais e estatutárias	210	227
Outros	-	15
Total	11.384	15.426

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 57.000 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 45.000 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 57.000.000 (Em 31 de dezembro de 2019 – 45.000.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
Início do período	45.000.000	36.000.000	45.000	36.000
Aumento de capital com reserva (1) (2)	12.000.000	9.000.000	12.000	9.000
Final do período	57.000.000	45.000.000	57.000	45.000

(1) Em 18 de junho de 2019, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2019, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Estatutária" no montante de R\$ 9.000 mil, com a criação de 9.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

(2) Em 28 de maio de 2020, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 27 de abril de 2020, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Estatutária" no montante de R\$ 12.000 mil, com a criação de 12.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	70.699	60.755
- Reserva legal (1)	5.848	4.740
- Reserva estatutária (2)	64.851	56.015

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	22.154	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(1.108)	
Base de cálculo	21.046	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	210	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019	227	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

e) Lucro Básico por Cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de cotas.

	Nº DE COTAS EM CIRCULAÇÃO	FRAÇÃO	Nº DE COTAS PROPORCIONAL EM CIRCULAÇÃO
Número de cotas no início do período	45.000.000	12/12	45.000.000
Emissão de novas cotas no período	12.000.000	8/12	8.000.000
Total	57.000.000		53.000.000
Lucro líquido do período em R\$ mil			22.154
Lucro básico por cota			0,42

12) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulados em 31 de dezembro	
		2020	2019
Administração de fundos de investimento (Nota 20c)	43.278	90.445	57.230
Outras	2.803	5.452	4.787
Total	46.081	95.897	62.017

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulados em 31 de dezembro	
		2020	2019
Serviços de terceiros	27.198	59.438	30.696
Serviços técnicos especializados	120	425	895
Doações	99	99	217
Publicações	37	79	105
Serviços do sistema financeiro	32	54	34
Outras	230	310	327
Total	27.716	60.405	32.274

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulados em 31 de dezembro	
		2020	2019
Contribuição à Confins	1.949	4.194	3.092
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	939	1.949	1.451
Impostos e taxas	427	942	511
Contribuição ao PIS	317	682	502
Total	3.632	7.767	5.556

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulados em 31 de dezembro	
		2020	2019
Receitas financeiras	-	206	6
Recuperação de despesas	17	81	28
Total	17	287	34

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulados em 31 de dezembro	
		2020	2019
Despesa de variação cambial	28	43	27
Despesas com juros e multas	27	43	25
Atualizações de contingências fiscais	1	163	-
Comissão sobre serviço de distribuição de cotas	-	-	40
Outras provisões	3	9	17
Outras	-	1	-
Total	59	259	109

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores.

	Controladores	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos		
Disponibilidades (1)	267	613
Passivos		
Dividendos a pagar (2)	(210)	(227)

(1) Controlador Indireto – Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto – Banco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro	
		2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.312	36.523	39.368
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (nota 3e)	(6.925)	(14.609)	(15.747)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(129)	(157)	(229)
Deduções incentivadas	313	373	492
Outros valores	12	24	24
Imposto de renda e contribuição social do período	(6.729)	(14.369)	(15.460)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro	
		2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.739)	(14.407)	(15.509)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	10	38	49
Total dos impostos diferidos	10	38	
Imposto de renda e contribuição social do período	(6.729)	(14.369)	(15.460)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro de 2020
Provisões fiscais	-	110	-	110
Provisão para publicação e outras provisões	332	46	(118)	260
Total dos créditos tributários (Notas 3e)	332	156	(118)	370

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2021	54	33	87
2022	54	33	87
2023	54	32	86
2024	69	41	110
Total	231	139	370

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 356 mil (Em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 319 mil).

Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

19) Balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	267	-	-	-	-	267
Instrumentos financeiros	283.833	-	-	-	-	283.834
- Títulos e valores mobiliários	283.833	-	-	-	-	283.833
- Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	1	1
Créditos tributários	-	33	34	303	-	370
Outros ativos	8.805			-	-	8.805
Total em 31 de dezembro de 2020	292.905	33	34	303	1	293.276
Total em 31 de dezembro de 2019	305.594	41	41	250	-	305.926
Passivo						
Instrumentos financeiros	148.450	-	-	-	-	148.450
- Outros instrumentos financeiros	148.450	-	-	-	-	148.450
Provisões	4.903	74	-	766	-	5.743
- Outras provisões	4.903	74	-	766	-	5.743
Outros passivos	2.490	8.894	-	-	-	11.384
Patrimônio líquido						
- Capital social	-	-	-	-	57.000	57.000
- Reservas de lucros	-	-	-	-	70.699	70.699
Patrimônio líquido	-	-	-	-	127.699	127.699
Total em 31 de dezembro de 2020	155.843	8.968	-	766	127.699	293.276
Total em 31 de dezembro de 2019	187.874	11.587	710	-	105.755	305.926

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 22.154 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 22.154 mil. Não houve resultado não recorrente para o período.

Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ 23.908 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 23.908 mil. Não houve resultado não recorrente para o período.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) A BEM DTVM administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2020, somaram R\$ 429.195 mil (2019 – R\$ 399.301 mil), e cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 90.445 mil (2019 – R\$ 57.230 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);

- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

f) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e aos Administradores da
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



bradesco
bem dtvm